

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,**

Em menos de três meses, o governo apresentou o seu programa e iniciou a concretização da sua estratégia para o crescimento da economia e para a recuperação do emprego, como meio para eliminar as desigualdades e os problemas sociais na nossa Região.

A alteração ao orçamento de 2015 tem a preocupação central de garantir os recursos necessários e suficientes para o cumprimento integral, e pontual, de todos os nossos compromissos.

Como já foi referido ao longo deste debate – que correu com muita elevação da parte de todas as forças políticas, que é sempre de enaltecer –, este orçamento não reflete ainda, na sua plenitude, as opções programáticas deste governo, as quais começarão a ser vertidas na proposta de orçamento para 2016, que apresentaremos entre outubro e novembro a este Parlamento.

Sem nunca descurar o fio condutor do rigor e do equilíbrio orçamental, que estará sempre presente nas propostas que apresentaremos a esta assembleia, nesse orçamento esperamos poder apresentar medidas concretas de início de reorientação da política orçamental, para que esta vá ainda mais ao encontro das reais necessidades dos madeirenses e portosantenses, contribuindo dessa forma para a melhoria das suas condições de vida.

Este é o compromisso principal deste Governo.

Contudo, é nosso dever informar que a concretização das nossas medidas de política dependerão sempre da conjuntura económica regional, nacional e europeia, que não dominamos de todo.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Sobre a proposta de alteração ao orçamento para 2015, procurámos, ao longo do debate, esclarecer todas as questões que foram suscitadas pelos Senhores Deputados.

Obviamente que não estivemos de acordo com os partidos da oposição em muitas matérias, já que temos pontos de vista diferentes, o que é normal em democracia.

Aceitamos e respeitamos isso.

O que já não podemos aceitar é que nos acusem de opacidade, de ocultação, de alterações a artigos à medida de alegados interesses particulares, de cometer ilegalidades ou “atos bárbaros”, neste último caso a propósito de termos proposto que entidades públicas que prestam serviços essenciais, como é o caso da ARM ou da IHM, possam dispor de um instrumento mais eficaz para receberem as verbas que lhes são devidas, e que são determinantes para que possam continuar a prestar esses serviços à população com a qualidade que lhes é exigido.

Tenho de confessar que fiquei surpreendido que o Senhor Deputado Ricardo Vieira tenha colocado em causa o preço a pagar pelos sacos de plástico leves, sugerindo que o preço seja inferior, passando para os 5 cêntimos que são aplicados nos Açores.

Estava antes à espera que o Senhor Deputado, na qualidade de Presidente da Comissão de Ambiente, apresentasse uma proposta de alteração para que a taxa fosse aplicada a todos os sacos de plástico ou para que a taxa fosse mais elevada, como meio mais eficaz para a defesa do nosso meio ambiente.

Relativamente a esta matéria, o nosso compromisso é o de fazer uma avaliação contínua, de modo a tornar esta medida o mais eficaz possível no seu propósito, que é a defesa do ambiente, não existindo qualquer objeção de princípio da nossa parte em corrigir aquilo que seja necessário corrigir.

O mesmo se aplica a todas as medidas que propomos.

Contamos, para isso, também com os contributos construtivos dos senhores deputados.

Também não estava à espera de ver alguns Partidos da Oposição a defenderem a “política do calote”, que é o que fazem quando sugerem a eliminação dos artigos que permitem à ARM e à IHM cobrarem as suas receitas.

É caso para perguntar onde está a coerência desses Partidos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Sabemos que deste novo governo regional, os madeirenses e porto-santenses esperam novas e eficazes políticas, renovadas soluções, que garantam a realização dos seus legítimos interesses, que diligenciem o progresso e o bem-estar, e que promovam a sustentabilidade da nossa Autonomia.

Esta alteração ao orçamento da região para 2015, que hoje discutimos na especialidade, não compromete este novo horizonte de esperança, na medida em que nos permite dar sequência à estratégia de desenvolvimento que temos para a nossa Região.

E aqui não posso deixar de voltar a referir, como aspeto positivo, a criação do subsídio social de mobilidade no transporte aéreo e marítimo entre Madeira e o Porto Santo, para apoiar a economia do Porto Santo.

É ainda de realçar, uma vez mais, que o Orçamento Regional passa a contemplar recursos adicionais de 43,1 milhões de euros provenientes do Fundo de Coesão Nacional, que serão canalizados para a regularização de despesas de investimento, que terá, com toda a certeza, efeitos positivos na economia da Região.

Neste enquadramento, é nossa convicção que estão reunidas as condições para que este documento possa merecer a confiança dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 15 de julho de 2015